

## **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO PERÍODO DE 2012**

Em conformidade com o ponto 7 dos Estatutos da Fundação Francisco Salgado Zenha, submete-se a aprovação o relatório de gestão e contas do período findo em 31/12/2012.

### **I-Caraterização**

A Fundação Francisco Salgado Zenha foi instituída na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra por escritura de 15 de Março de 1999, pela viúva do falecido Dr. Francisco Salgado Zenha, com um fundo inicial de € 274.338,84 (duzentos e setenta e quatro mil trezentos e trinta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), prosseguindo actividades sem fins lucrativos, cooperando com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na prossecução das finalidades e objectivos referidos nos seus estatutos.

O reconhecimento da Fundação Francisco Salgado Zenha como pessoa colectiva de utilidade pública foi efectuado por despacho de 3/3/2000 do Senhor Primeiro Ministro, publicado no Diário da República II Série n.º 90 de 15/4/2000.

Em 31 de Outubro de 2000 foi efectuado o registo da Fundação como pessoa colectiva de utilidade pública na Conservatória do Registo Comercial e publicado no Diário da República III Série de 18/4/2001.

Por despacho do Senhor Subdirector-Geral das Finanças foi concedida a isenção de impostos, com efeitos a partir da data do despacho do Senhor Primeiro Ministro de declaração de utilidade pública, despacho este publicado no Diário da República III Série de 16/7/2001.

Nos termos do n.º 4 do art.º 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, em 12 de dezembro de 2012 foi efetuada a adequação dos estatutos da Fundação, cujo processo se encontra em apreciação na Presidência de Conselho de Ministros com vista à autorização da alteração estatutária e consequente publicação dos novos estatutos.

Nos termos do n.º 7 do art.º 6.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho foi solicitada a confirmação do estatuto de utilidade pública, a qual foi concedida por despacho do Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 4 de fevereiro de 2013, conforme consta do despacho n.º 2654/2013, publicado no Diário da República II Série n.º 35 de 19/2/2013, passando a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012.

## **II- Aplicação da Lei 24/2012, de 9 de julho-Lei- Quadro das Fundações**

A Lei- Quadro das Fundações atrás citada veio introduzir algumas alterações na forma de constituição, organização e gestão do património das fundações, destacando-se:

1-O estatuto de utilidade pública vigora por um período de 5 anos a partir da data do despacho (4/2/2013), conforme determina o n.º 5 do art.º 25.º da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante apresentação de novo pedido de renovação;

2- As fundações podem ser extintas quando ( n.º 2 do art.º 35.º da Lei-Quadro):

- O seu fim se tenha esgotado, ou seja tornado impossível;
- As atividades desenvolvidas demonstrem que o fim real não coincide com o fim previsto no ato da instituição;
- Não tiverem desenvolvido qualquer atividade relevante nos últimos 3 anos.

3- As fundações estão obrigadas ao dever de transparência prevista no art.º 9.º da Lei-Quadro, nomeadamente:

a)-Comunicar aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros a composição dos respetivos órgãos nos 30 dias seguintes à sua designação, modificação ou substituição;

b)-Remeter aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros cópia dos relatórios anuais de contas e de atividade após a sua aprovação;

c) - Submeter as contas a uma auditoria externa.

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º da Lei 24/2012, conjugado com a Portaria 75/2013 de 18/2, publicada no DR I Série de 18 de fevereiro de 2013, a Fundação Francisco Salgado Zenha está dispensada desta obrigação em virtude de não atingir os rendimentos anuais no valor de 2.000.000,00€;

d)- Disponibilizar permanentemente na página da Internet a seguinte informação:

- Cópia dos atos de instituição e de reconhecimento da fundação;
- Versão atualizada dos estatutos;
- Cópia do ato de concessão do estatuto de utilidade pública;
- Identificação dos Instituidores;
- Composição atualizada dos órgãos sociais e data de início e termo do respetivo mandato;
- Identificação, anualizada, do número e natureza do vínculo dos colaboradores da fundação;
- Relatório de gestão e contas e pareceres do órgão de fiscalização respeitantes aos últimos 3 anos. Esta informação deve ficar obrigatoriamente disponível ao público a partir de 30 de abril do ano subsequente àquele a que diz respeito;
- Relatórios de atividades respeitantes aos últimos 3 anos;

- Descrição do património inicial da fundação e, quando for o caso disso, os apoios financeiros recebidos nos últimos 3 anos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais e outras pessoas coletivas da administração autónoma e demais pessoas coletivas públicas;

4- As fundações privadas estão sujeitas ao regime declarativo da IES- Informação Empresarial Simplificada e ao regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo previsto no Decreto- Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. De acordo com o art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Fundação Francisco Salgado Zenha continua dispensada da aplicação do regime de normalização contabilística, por não atingir um montante de vendas e outros rendimentos em valores superiores a 150.000,00€, ficando obrigada à prestação de contas em regime de caixa previsto no anexo II da Portaria n.º 105/2011, publicada no Diário da República, 1ª série de 14 de março de 2011 (Mapa de Recebimentos e Pagamentos, Mapa de Património Fixo e Mapa de Direitos e Compromissos futuros);

5- Nas fundações privadas com estatuto de utilidade pública, a aplicação dos rendimentos anuais está sujeita aos limites previstos no artº10º da Lei- Quadro.

Assim, no caso concreto da Fundação Francisco Salgado Zenha, cuja atividade consiste predominantemente na concessão de benefícios e apoios financeiros à comunidade, o montante aplicado nas despesas com pessoal e administração não podem ultrapassar um décimo do rendimento anual e os valores das bolsas e do prémio deverão pelo menos ser de dois 2/3 (66,67%) do valor dos rendimentos anuais.

O incumprimento reiterado desta regra determina a caducidade do estatuto de utilidade pública.

Apresenta-se o quadro demonstrativo da aplicação desta regra nos últimos 3 anos:

**Moeda: euros**

ANO	RECEITAS	DESPESAS									
		Atividades: Fins Estatutários				Despesas com Pessoal e Administração				Prejuízos em Aplicações Financeiras	% da despesa no total da receita
		Bolsas	Prémios	Total	% da despesa no total da receita	Honorários	Outras despesas de Administração.	Total	% da despesa no total da receita		
2010	1564,89	990,89		990,89	63,32%	830,00	151,89	981,89	62,74%	0	0,00%
2011	9316,16	781,48	2500,00	3281,48	35,22%	830,00	188,01	1018,01	10,93%	1163,22	12,49%
2012	8488,46	4533,50		4533,50	53,41%	650,00	184,45	834,45	9,83%		0,00%

### **III – Contas do Período de 2012**

Em 22 de abril de 2012 venceu-se o depósito a prazo no valor de 280.240,92€, negociado com o Banco Português de Investimento (BPI), por um período de dois anos com início em 22 de Abril de 2010, à taxa anual de 2,65%, tendo sido negociado um novo depósito no montante de 287.000.00€, por um período de um ano, à taxa 4%, com início em 23 de abril de 2012.

Os juros líquidos recebidos pelo depósito vencido no ano em apreço ascenderam a 7.550,15€ (5198,46 relativo ao período decorrido entre 22/4/2011 e 31/12/2011 e 2.351,69€ de 1/1/2012 a 22/4/2012).

Nos termos das condições negociadas com o BPI, os juros a reconhecer no corrente exercício, relativamente ao período decorrido de 23/4 a 31/12/2012, é de 7.925,92€.

Os movimentos relacionados com as transações no mercado de fundos e obrigações, nos termos do contrato de Gestão de Carteira, assinado com o BPI, em 14 de março de 2006, geraram um ganho líquido de 704,97€, não se tendo registado qualquer perda nas alienações das aplicações no exercício económico em apreço.

As comissões contratuais e de gestão da carteira de fundos da Conta Gestão de Ativos BPI ascenderam a 184,45 €, encontrando-se ainda por liquidar à data do fecho do exercício a comissão de gestão relativa ao 4.º Trimestre de 2012 no valor 32,48€.

O valor das disponibilidades em 31/12/2012 é de 320.900,82€, mais 3.120,51€ do que no ano transato, conforme consta do Mapa Pagamentos e Recebimentos, encontrando-se distribuído conforme se segue:

1- O capital inicial da Fundação, 274.338,84 € e parte dos rendimentos gerados (12.661,16 €) encontram-se investidos na conta de Depósitos a Prazo n.º 2107949-160-004, com vencimento em 23/4/2013.

2- O saldo dos restantes fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

2.1- 295,41€ depositados na conta de Depósitos à Ordem de Gestão de Activos BPI- n.º 61592.2, conforme contrato estabelecido com o Banco Português de Investimento -BPI;

2.2- 31.729,74 € aplicados em fundos de investimentos e obrigações.

Tendo por base as cotações remetidas pelo BPI, o valor da carteira de títulos à data de 31/12/2012, é de 35.088,52€, estimando-se um ganho potencial de 3.358,78 €, conforme quadro que se segue:

Valor da Carteira de Títulos em 31/12/2012 ( euros )						
Fundos de Investimento	N.º Unidades de Participação	Custo Unit. Sub	Custo total Subscrição	Valor Unit Cotação 31/12/2012	Valor Total Cotação 31/12/2012	+ / -Valia Potencial
BPI Universal CL1	123,833	6,729	833,27	6,800	842,06	8,79
BPI Universal CL1	300,00	6,92	2.076,00	6,800	2.040,00	-36,00
BPI-HIGH INC CL1	478,047	5,515	2.636,43	8,17	3.905,64	1.269,21
BPI-HIGH INC CL1	554,385	6,69	3.708,85	8,17	4.529,33	820,48
BPI-HIGH INC CL1	345,00	6,841	2.360,15	8,17	2.818,65	458,5
BPI-LIQUIDEZ FT	414,7989	7,23242	3.000,00	7,2712	3.016,09	16,09
BPI-LIQUIDEZ FT	441,5243	7,0552	3.115,04	7,2712	3.210,41	95,37
<b>Sub-total</b>			<b>17.729,74</b>		<b>20.362,18</b>	<b>2.632,44</b>
<b>Obrigações</b>						
BRISA CONC.			2.000,00		2.090,16	90,16
CONTINENTE			2.000,00		2.146,28	146,28
EDP			2.000,00		2.067,01	67,01
PT SGPS, SA			2.000,00		2.128,87	128,87
REN			2.000,00		2.119,38	119,38
SEMAPA			2.000,00		2.107,45	107,45
ZON MULTIMÉDIA			2.000,00		2.067,19	67,17
<b>Sub-total</b>			<b>14.000,00</b>		<b>14.726,34</b>	<b>726,34</b>
<b>Total de fundos e obrigações</b>			<b>31.729,74</b>		<b>35.088,52</b>	<b>3.358,78</b>

2.3 - 1.823,73 € depositados na Conta de Depósitos à Ordem do BPI- Largo da Portagem n.º 8-2107949 000 001

2.4 - 54,94 € em cofre para fazer face ao pagamento de pequenas despesas.

#### IV- Prémios e Bolsas

O júri de seleção dos trabalhos para atribuição do prémio Dr. Francisco Salgado Zenha, reunido em 9/11/2012, deliberou não classificar como meritórios os três trabalhos dos alunos que se apresentaram a concurso.

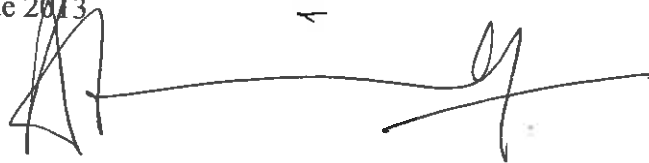
Em virtude de ter sido mais célere o processo de decisão na atribuição de bolsas, no exercício findo foram adquiridos livros para os alunos carenciados nos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013 no valor de 5.385,22€.

Em 31/12/2012 existe a dívida de 851,72€ à Livraria Jurídica relativa à aquisição de livros, a qual irá ser liquidada no início do janeiro 2013.

Deste modo, foram atribuídas no início do ano 15 bolsas relativas ao ano letivo 2011/2012 no valor de 3.091,47€ e a partir de outubro até dezembro foram entregues livros a 11 alunos dos 15 selecionados para atribuição de bolsas no ano letivo 2012/2013, no valor de

2.293,75€. À data do fecho do exercício económico, encontravam-se por ultimar os processos de aquisição de 4 bolsas que irão ser concluídos no início do próximo período económico.

Coimbra, 14 de Março de 2013

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, positioned over a horizontal line.

O Conselho Directivo

FUNDAÇÃO FRANCISCO SALGADO ZE. A

PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS

NIPC: 504901591

PERÍODO FINDO EM 31 Dezembro 2012

MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS - ANO 2012		(valores em euros)	
RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS		
<b>1- Recebimentos atividade</b>		<b>1- Funcionamento</b>	
Jóias e quotas	0,00	Pessoal-Honorários	650,00
Atividades	0,00	Material de Escritório	0,00
Doações	0,00	Despesas específicas da atividade	
Subsídios	0,00	Prémio Dr. Francisco Salgado Zenha	0,00
Outros	0,00	Aquisição de livros p/ alunos	4.533,50
<b>2- Recebimentos Comerciais</b>		Outras	
Outros	0,00	Perdas em aplicações financeiras	0,00
<b>3- Recebimentos de capitais</b>		Comissões bancárias	184,45
Juros depósitos à ordem - BPI Largo Portagem	0,00	<b>Sub-total</b>	<b>5.367,95</b>
Juros depósitos à ordem - BPI_GESTÃO	1,16		
Juros depósitos a prazo - BPI Largo Portagem	7.550,15	<b>2- Investimentos</b>	
Juros depósitos prazo - BPI_GESTÃO	206,28	Outras	0,00
Juros de Aplicações em Activos BPI	0,00		
Ganhos em Aplicações financeiras	704,97		
Correções relativas a anos anteriores	25,9		
<b>4- Recebimentos prediais</b>			
Outros	0,00		
<b>Total</b>	<b>8.488,46</b>		
Saldo do ano anterior	317.780,31		
Receitas	8.488,46		
Despesas	5.367,95		
Saldo para o ano seguinte	320.900,82		

Coimbra, 10 de março de 2013

O Técnico de Contas



O Conselho Diretivo



Discriminação do Património

Em 31/12/2011		Valores Parciais	Valores Totais
Fundo de Maneio			23,34
C. Ordem Largo da Portagem	3.694,76		
C. Ordem G. BPI	195,46		3.890,22
Depósitos a Prazo L Portagem	280.240,92		
Depósitos a Prazo G. PBPI	12.200,00		292.440,92
<b>Fundos</b>			
UP. BPI_ Universal	2.909,27		
UP. BPI_ HIGH	9.554,46		
UP. BPI-Liquidez	8.962,10		21.425,83
	<b>TOTAL</b>		<b>317.780,31</b>
Em 31/12/2012			
Fundo de Maneio			54,94
C. Ordem Largo da Portagem	1.820,73		
C. Ordem G. BPI	295,41		2.116,14
Depósitos a Prazo L Portagem	287.000,00		
Depósitos a Prazo G. PBPI	0,00		287.000,00
<b>Fundo de Investimento</b>			
UP. BPI_ Universal	2.909,27		
UP. BPI_ HIGH	8.705,43		
UP. BPI-Liquidez	6.115,04		17.729,74
<b>Obrigações</b>			
Semapa	2.000,00		
EDP	2.000,00		
Zon Multimédia	2.000,00		
Brisa	2.000,00		
Continente	2.000,00		
PT. SGPS.SA	2.000,00		
REN	2.000,00		14.000,00
	<b>TOTAL</b>		<b>320.900,82</b>

Coimbra, 10 de março de 2013

O Técnico de Contas



O Conselho Diretivo





**Fundação Francisco Salgado Zenha**

Contribuinte: 504901591

Moeda: Euro

<b>Direitos e Compromissos Futuros - Ano 2012</b>		
<b>Direitos</b>		
Discrição	Valor	Ano previsto de recebimento
Quotas		
Subsídios		
Rendas		
Outros		
Juros a receber	7925,92	2013
<b>Total</b>	<b>7925,92</b>	
<b>Compromissos</b>		
Discrição	Valor	Ano previsto de pagamento
Empréstimos		
Associados		
Fornecedores	851,72	2013
Prestadores de Serviços	180,00	2013
Outros Prestadores de serviços	32,48	2013
Locadoras		
Outros		
<b>Total</b>	<b>1064,20</b>	

A Administração/Gerência \_\_\_\_\_

O Técnico oficial de contas W. B. ...